

CAPÍTULO 2  
**Identidades e suas contribuições**

A forma com a qual os Gonzalez se identificavam permaneceu com eles quando passaram a viver em território brasileiro. A família lutava para que a sua construção identitária, que se iniciou na Venezuela, permanecesse consigo e permitisse o estabelecimento de conexões com os brasileiros. Somado a isso, os lugares pelos quais passaram, suas habitações, o cristianismo, a discriminação, seus trabalhos e suas características de imigrantes e refugiados constituíram uma contribuição fundamental para a escolha de quais rótulos sociais eram privilegiados para divulgação e quais eram deixados de lado.

### **Rótulos identitários e seu desenvolvimento**

Ao discutir os refugiados, é fundamental abordar temas como territorialização e desterritorialização, pois ambos estão ligados aos limites das fronteiras. Segundo Haesbaert (2003, p. 13), o conceito de território é múltiplo e tem três acepções distintas, a saber:

1. Jurídico-política: “visto como um espaço delimitado e controlado onde o Estado exerce seu poder”;
2. Cultural: “visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço”;
3. Econômica: “ênfata a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”.

Essas três visões são dialógicas devido à interação entre elas. Ainda que a forma jurídico-política seja a mais abordada nos estudos sobre território, a cultural, numa concepção de solo que pertence a alguém, está diretamente relacionada à primeira e reforça as relações de poder que são estabelecidas no âmbito territorial. Temos, como exemplo, os lugares sagrados.

Nesse sentido, podemos afirmar que a identidade de venezuelanos também está vinculada à noção de território, uma vez que, quando passam a viver no Brasil, hibridizam-se a partir das relações com brasileiros e com a língua portuguesa, alargando sua compreensão sobre quem são. Ao mesmo tempo, a identidade construída em território venezuelano permanece, de forma que, ao viverem no Brasil, não deixam de ser venezuelanos, mas a percepção do pertencimento à Venezuela se reconfigura e se remonta a partir da construção de uma nova ideia de território.

Assim, as fronteiras têm se tornado mais flexíveis, que, do ponto de vista imaterial de território, trabalhado por Haesbaert (2003), permitem o livre acesso e a livre circulação das pessoas, bens etc. Dessa forma, a desterritorialização enfraquece os Estados-nações (HAESBAERT, 2003). Em resposta a esse enfraquecimento, alguns Estados têm reforçado a fiscalização de seus territórios, inclusive no que tange à entrada e à saída de pessoas, algo que ocorreu na Venezuela, devido à diáspora migratória, a princípio, e depois em razão da pandemia de covid-19. Haesbaert (2003), ao citar Robert Sack (1986), discorre sobre o poder da territorialidade, que contém a geografia de um lugar e contempla a ordem

criada e mantida. O fechamento das fronteiras, por parte do governo venezuelano, demonstra seu papel no exercício do poder territorial. Essa fronteira geográfica e simbólica, por sua vez, reforça os significados do que faz do venezuelano, venezuelano. Em outros termos, esse território também é simbólico para os venezuelanos, pela noção de um espaço delimitado e ao qual eles fazem parte.

A abertura de fronteiras, com a entrada de refugiados venezuelanos em outros territórios, também evidencia esse poder. O campo de refugiados (ou abrigo) em Boa Vista, organizado pelo Exército Brasileiro, revela a relação de poder exercida no território, no qual as tendas, os cercados e a vigilância reforçam a situação de “refugiado”. Trata-se de um “não lugar”, que Augé (1994) conceitua como:

[...] as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transportes ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são alojados os refugiados do planeta (AUGÉ, 1994, p. 36).

Ali, os refugiados somente têm acesso às tendas se migram em família, e permanecem lá por tempo limitado – estabelecido pelo Exército devido ao alto fluxo de pessoas. Terminado esse período, eles passam a viver em situação de rua caso não encontrem outro lugar para morar.

A permissão de entrada em território brasileiro e a documentação que recebem demonstram a autoridade e a ordem exercida pela territorialidade. Além de delimitar o espaço

físico, as tendas e a aglomeração de pessoas funcionam como referenciais simbólicos do que é ser refugiado e representam o oposto do que a família Gonzalez esperava encontrar. Dessa forma, é compreensível buscarem ao máximo se livrar do rótulo de refugiado.

Além dos referenciais simbólicos e materiais que a fronteira agrega ao conceito de território, o autor traz um complemento a essa ideia: tradicionalmente, a noção de território está relacionada aos Estados-nações, que são mutualmente exclusivos e mundialmente integrados, conforme Haesbaert (2003, p. 15). Nesse modelo de território, que é político e identitário, percebe-se o valor dado à terra e à nação, “[...] que vai além do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial”.

Contudo, percebendo o conceito tradicional de território como limitado diante das mudanças sociais, a desterritorialização surge como um horizonte teórico a partir da concepção material de território – espaço físico, de um ponto de vista econômico –, configurando um avanço no conceito de localização (HAESBAERT, 2003).

Haesbaert (2003) nos apresenta, ainda, outras visões de desterritorialização, como a que se dá a partir do espaço-tempo, que reduz ou anula as distâncias. Na visão imaterial de desterritorialização, a “ciber-desterritorialização” compete às fronteiras acessadas pela internet, onde não há limitações e as relações não estão mais presas ao concreto.

No que concerne ao estudo conduzido com a família, a mobilidade entre territórios rompe com a ideia tradicional de território e assume a concepção de redes, a partir da qual “[...] os próprios processos de identificação podem se dar no/com movimento” (HAESBAERT, 2003, p. 17). Esse fato é percebido na família Gonzalez, que cria uma comunidade de venezuelanos em Barbacena para além de seus laços familiares.

Na visão culturalista trabalhada por Haesbaert (2003, p. 17), a desterritorialização “[...] é vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais” que, quando não vinculados ao território, tornam-se um “não lugar”.

Esses “não-territórios” culturalmente falando, perdem o sentido de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares em que vivem. Além disso, na construção de suas identidades culturais, cada vez menos estariam participando as referências espaciais ou a relação com um espaço de referência identitária (HAESBAERT, 2003, p. 17).

Quando os Gonzalez se encontram em tendas no campo de refugiados e/ou em situação de rua, fica mais evidente o deslocamento de sua identidade primária territorial, bem como os laços simbólicos e afetivos que encontravam na Venezuela. Esses “não-territórios” não têm significado para eles. A família Gonzalez, ao sair de seu espaço conhecido, aparentemente perde o vínculo de formação da identidade e inicia seu movimento migratório, que inevitavelmente vai colocar em xeque sua identidade territorial e cultural, reconstruída em um outro lugar.

Haesbaert (2003) revela, ainda, a influência do processo econômico nos espaços e nas identidades. No caso dos Gonzalez, trata-se de um grupo desterritorializado que chega ao Brasil e encontra aqui grupos fortemente territorializados e que possivelmente vão agir de forma defensiva ou até mesmo discriminatória ao encontrarem refugiados. Em entrevista, Olívia recorda sua entrada no Brasil, relatando como a ONU recebe os imigrantes e refugiados:

*Passamos ao Brasil dia 26 de janeiro deste ano (2019). E então foi tranquilo, nos deram permissão e a menina da imigração, da ONU, viu que estávamos buscando pessoas, **buscando refúgio**, com criança e aí uma outra menina conversou com a gente, muito legal... Sobre não sairmos sozinhos, ficarmos na parte do refúgio. Nos levaram à parte de refúgio, nos deram comida, nos deram muita coisa, até que esperamos a hora para entrar e entramos. **Tinham muitos refugiados, uma quantidade que me surpreendeu**. E ainda era Pacaraima. Em Boa Vista era nacional e assim foi ficamos três dias no refúgio de Pacaraima (grifos nossos).*

Nesse período, a entrevistada se reconhece como refugiada, pois precisou de refúgio ao adentrar o solo brasileiro, mas, ao falar sobre o deslocamento de venezuelanos para outros países, ela utiliza o rótulo “imigrantes”. Podemos examinar que, como Haesbaert (2003) afirma, na dinâmica de migração, quando estão de saída do território nacional venezuelano, os indivíduos se localizam como “imigrantes”; ao darem entrada nos países de escolha, seu *status* muda para “refugiados”. No caso dos venezuelanos, essa alteração se dá devido ao motivo de saída e da forma com que são reconhecidos pelo país de escolha, como podemos observar no discurso de Olívia:

*“Ficamos três dias [em Pacaraima] porque estávamos tirando os papéis de refúgio e não sabíamos como fazer as coisas e ficamos esperando o outro dia para tirar os papéis”.*

Os Gonzalez se consideram refugiados apenas no tempo em que estiveram sem trabalho, em campo (tendas), em situação de rua e dependendo de ajuda da ONU e da Aliança de Misericórdia, em Boa Vista. Futuramente, já em Barbacena e aptos para se manterem e garantirem sua independência financeira, deixam o rótulo de “refugiados” e adotam com mais frequência o termo “trabalhador”. Para os que os ajudaram, eles eram vistos como refugiados, uma vez que eram assim registrados no papel, mas também eram caracterizados de tal maneira por necessitarem de ajuda para alimentação, moradia, emprego, entre outros.

Quanto à identidade religiosa, ela conversa, em primeira instância, com o desenvolvimento das identidades, que se dá a partir de processos dialógicos (TAYLOR, 2011), em sociabilidade, através dos quais abraçamos e/ou deixamos de lado alcunhas sociais na busca pela definição como indivíduos. Além de as identidades nos definirem, também somos dependentes delas, como argumenta Appiah:

Primeiramente, as identidades sociais dependem de rótulos para sua existência. Isso porque as pessoas reagem aos outros e pensam sobre si mesmas por meio desses rótulos. Vocês pensam nas pessoas como baianos ou bósnios ou batistas, e então reagem a eles como tais, vocês pensam em si mesmos como brasileiros e fazem (ou não) certas coisas porque é isso que vocês pensam ser (APPIAH, 2016, p. 18).



Com os rótulos, revelamo-nos para os outros e eles são tanto autoproclamados quanto reforçados e reafirmados pela sociedade. A partir deles, reconhecemo-nos e somos reconhecidos. Appiah (2016) ainda declara que a aceitação ou não desses rótulos pelos outros molda nossas identidades, fazendo-nos refletir sobre quem somos. Por exemplo, considerando uma pessoa afro-brasileira que se reconhece como negra numa sociedade em que o racismo é estrutural e em que muitos naturalizam o racismo, tal rótulo será visto com desprezo, o que diminuirá as oportunidades e, em casos extremos, pode ser determinante em termos de vida ou morte (vide os casos de violência a pessoas negras em comunidades). Já para coletividades identitárias como os militantes da causa negra, esse rótulo não somente será aceito, mas também determinante para a inserção nesses grupos. Junto a isso, ser negro é um rótulo que não se pode deixar, ainda que se negue essa identidade, pois o sujeito assim será reconhecido em sociedade. No caso da família venezuelana que estudamos, o rótulo de venezuelano, em território brasileiro, assim como o de refugiado, é visto, em sua maioria, com desprezo e com medo por parte dos brasileiros, que se sentem ameaçados pela sua presença no país. Tal questão levanta o pressuposto de que a família Gonzalez utiliza o rótulo de “refugiada” em poucos momentos para se definir por medo do desprezo social. Em vez desse rótulo, prefere o de “imigrante”, que parece ser mais aceitável socialmente.

Dando sequência à concepção de Appiah (2016) sobre rótulos, como segunda dimensão temos as normas de identificação e de tratamento, acrescentando à identidade a característica normativa que aponta como as pessoas devem se comportar

e o que se espera delas. A família Gonzalez, ao se identificar e se confessar publicamente como cristã, demonstra uma norma de comportamento que gera expectativa em outras pessoas, a exemplo de virtudes como honestidade, integridade, bondade e responsabilidade, além do fato de serem trabalhadores esforçados, terem bom comportamento, moralidade, obedecerem às leis e serem conservadores, entre outras características. Tal fator pode ser considerado relevante para a aceitação deles na sociedade brasileira, ainda que façam isso de forma inconsciente.

A terceira dimensão provém da segunda, isto é, do entendimento das identidades como essencialmente subjetivas. De acordo com Appiah (2016, p. 19), essa dimensão da identidade expõe que “[...] uma razão pela qual [as pessoas] agem como agem é que são motivadas pela ideia ‘tenho razão em fazer algo porque sou’”. Assim, o imaginário ligado à conduta cristã parece garantir um comportamento exemplar no trabalho e na vida, o que constitui um mito, visto que ser cristão não implica exemplaridade cidadã. Dessa forma, os membros da família Gonzalez supõem que, por pensarem e agirem segundo uma moral cristã, seriam aceitos e bem recebidos pelos brasileiros, nativos de um país de maioria cristã.

As identidades religiosas, por exemplo, realizam isso de maneira óbvia: ajudam a constituir comunidades de pessoas que podem apoiar-se umas às outras na busca de metas que compartilham como membros daquela religião (APPIAH, 2016, p. 22-23).

Por partilharem os mesmos valores que os cristãos brasileiros, esperam receber ajuda de seus pares e aceitação como parte desse grupo identitário, visto que os cristãos exercem uma solidariedade entre si, o que não necessariamente acontece com outras pessoas necessitadas de fora desse grupo.

Essas três dimensões reforçam a ideia de que as identidades são socialmente construídas, como Appiah (2016) conclui, que estão em constante desenvolvimento e são imprescindíveis para a construção da vida nas esferas pública e privada. A dimensão religiosa articula o público e o privado, pois pode ser exercida na intimidade e nas expressões públicas de fé. No caso dos Gonzalez, a esfera pública da identidade cristã se evidencia pelo fato de provavelmente terem escolhido o Brasil também por ser um país que, num primeiro momento, reconhece esse rótulo como comum. Se o país de escolha fosse outro, de maioria não cristã, provavelmente esse rótulo seria reduzido ao âmbito privado.

Appiah (2016, p. 29) afirma que algumas das identidades religiosas se movimentam para a solidariedade porque “a associação religiosa quase sempre requer mais do que a crença”, ou seja, há outros fatores além do ato de crer em determinada fé que fazem com que pessoas sejam aceitas. Esses grupos terão regras de comportamento associadas, podendo a solidariedade estar presente ainda que de forma frágil, pois não é exclusiva de grupos identitários religiosos. O rótulo de "cristã" também foi importante para o processo de deslocamento da família de Boa Vista para Barbacena, já que, por causa da sua identidade religiosa, os integrantes se aproximaram e buscaram ajuda da organização missionária

Aliança de Misericórdia, um movimento eclesial da Igreja Católica, presente em mais de 50 cidades no Brasil e em sete outros países, de acordo com informações no *site* da comunidade.<sup>5</sup> A missão prontamente os ajudou, inclusive indicando a cidade de Barbacena como ideal para ser o lugar definitivo da família, justamente por se localizar no interior e ser menor do que uma cidade como São Paulo, por exemplo.



**Figura 6:** Barbacena, município do estado de Minas Gerais

Fonte: imagem sob licença Creative Commons.<sup>6</sup>

*A igreja dava ajuda, faziam campanhas, “La consulada” era famosíssima. Ajudava muita gente. E então, a Aliança de Misericórdia chegou a esta igreja e fizeram campanha e levaram um tempo fazendo campanha na rua, fazendo propaganda e depois, uma vez, fomos à igreja*

---

5 Aliança de Misericórdia. Disponível em: <https://misericordia.com.br/a-alianca-de-misericordia/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

6 Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a\\_dos\\_Andradas\\_com\\_igreja.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_dos_Andradas_com_igreja.jpg).

*e nos deram tudo: leite, sorvete, deram comida, a gente podia repetir, havia gente repetindo muito! Então havia de tudo, foi muita gente pra lá, tinha colchão inflável para as crianças brincarem e foi bem cherry, e nesse tempo nos deram roupa, de tudo, escova, muita coisa. Então, minha mãe e eu soubemos disso [de pessoas que eram ajudadas para irem para outras cidades] e nós pedimos essa ajuda. Nos deram os papéis e foram organizando em tendas. Geralmente a pessoa que está em Boa Vista tem família e fica lá e não quer sair, entende? (Olívia)*

Por causa da identidade cristã, a família pôde encontrar a ajuda de que precisava. Apesar de terem sido acolhidos por uma denominação cristã diferente da sua, não deixaram de se autoidentificar como “evangélicos”, fato que podemos verificar com Olívia, que, ao ser perguntada em entrevista sobre sua identificação religiosa e se teve dificuldade em aceitar ajuda de uma outra denominação, respondeu da seguinte forma:

*Nós sabemos a nossa religião. Esse é um ponto que respeito: o culto de cada pessoa, entende? Brasil é um país bastante católico e os venezuelanos são em grande maioria evangélicos e há outros que são católicos também. Nesse ponto cada tem sua mentalidade e preferência e então, como te explico? Nós sabemos sim o que é a Igreja Católica e que tem sua religião, sabemos o que tem e o que não tem e também assistimos na igreja católica e aqui [Barbacena] também em outra igreja católica, conheço também outra igreja de outra religião, entende? Aí vai da preferência de cada pessoa e sermos ajudados pela Igreja Católica pra mim é como, por exemplo, da mentalidade de cada pessoa, nossa mentalidade não mudou. Por exemplo, como te explico? Nós fomos ajudados pela católica, mas poderíamos, por exemplo, ter sido pela igreja evangélica, entende? Me parece que o país Brasil é bastante católico, a maioria das igrejas é da parte católica, me entende?*

O entendimento e a herança religiosa são construídos na família de forma geracional, desde a avó, que levava os filhos à igreja na Venezuela, Isabel, que ensinou aos filhos sobre sua fé, até os netos da matriarca, que também são levados à igreja desde pequenos. Rafael nos conta que o período em que ficaram nas minas foi importante para a sua fé, de forma que as dificuldades os fizeram acreditar mais em Deus.

Ao se estabelecerem em Barbacena, logo procuram uma igreja com a qual se identificassem. No momento em que encontram moradia e emprego, enxergando-se como “trabalhadores” e “independentes”, tomam a decisão de deixar a ajuda e a presença nos cultos da Igreja Católica para seguirem a denominação evangélica, que conhecem e professam desde a Venezuela. *“Quando chegamos aqui, e como te dissemos, temos nossa preferência – a Igreja Evangélica –, estávamos buscando igreja e nós queríamos uma igreja que tivesse o mesmo clima”,* afirma Olívia.

### **Discriminação e o medo social**

Ser venezuelano faz parte da identidade dos Gonzalez e funciona, socialmente, como um rótulo a partir do qual esses sujeitos são lidos. Como vimos anteriormente, os venezuelanos são o terceiro grupo que mais procurou refúgio nos últimos anos, segundo a ONU, de modo que o vocábulo “venezuelano” está intimamente ligado à ideia de “refugiado”, o que pode imputar desprezo e discriminação por parte de oriundos dos países receptores. Em se tratando da família e do Brasil, ao se revelarem – ou serem reconhecidos

como – venezuelanos, são vistos de forma oposta ao que esperavam: serem acolhidos pelos brasileiros. Sobre isso, Rafael diz:

*Mas o que acontece é que os venezuelanos que chegaram primeiro lá em Roraima chegaram muitas pessoas ruins. Por exemplo, hoje é muito difícil viajar para outro lugar, é muito difícil viajar pra cá [Brasil], porque acontece que antes as pessoas ruins fizeram muitas coisas ruins, aí pegavam pessoas inocentes e roubavam tudo delas, então quando chegava uma pessoa boa, pessoa com família que precisava de verdade de ajuda, já não pegavam ninguém. Depois fizeram uma limpeza, uma limpeza entre família boa e pessoas ruins, por exemplo, as pessoas ruins, quase nenhuma delas tinha família e são homens, homens grandes [adultos] que não faziam nada, só gostavam de ficar na rua, fumar cigarro e depois de madrugada, roubar. Então depois levaram as famílias boas para um abrigo, deram ajuda, leite para os filhos e um pouco de comida, só a do dia.*

Olívia, sua irmã, ao conversar com uma vizinha brasileira de sua patroa em Barbacena sobre a situação de migração de venezuelanos, relata:

*“Mas tem muito venezuelano lá em Roraima”, disse a vizinha. Começamos a conversar e disse que sim, que havia muitos venezuelanos e ela me disse em uma parte que tínhamos que entender que havia muitos venezuelanos e muitas pessoas ruins e eu disse que há muita gente má e boa em todo o mundo e ela disse que esses grupos querem vir pra cá e fazer coisas ruins e aí me disse que você tem que compreender, como se tivéssemos que compreender que temos chegado muitos em Boa Vista e que temos a oportunidade de estar no Brasil e ter medicina e disse em um momento, em que me alterei um pouco, porque me disse que tem muita gente má e que vem tirar a oportunidade dos brasileiros, de trabalho e eu disse: mas você sabe que Santa Helena [Venezuela] é 3 vezes menor que Boa*

*Vista, muito pequena e imagino que lá tem muito brasileiro. E me disse: “Não me queixo do povo venezuelano, vocês são pessoas muito legais”. E disse: “Santa Helena é muito pequena e quando eu estive lá vi muito brasileiro” e uma parte que escutei em Santa Helena que o brasileiro disse que éramos tudo morto de fome e que vínhamos ao Brasil para pedir comida, entende? Então na verdade, te digo que há muita gente e no tempo também que Venezuela estava boa, muita gente ia comprar plástico, porque em Santa Helena há muito, não sei se tem indústrias, o que acontece, mas tem muito brasileiro que compra plástico.*

Tais relatos reforçam a ideia de que, ao se tornarem refugiados, os venezuelanos passam a sofrer discriminação, independentemente de seu caráter e de sua personalidade. Esse preconceito também se estende a grupos de imigrantes, que há muitos anos sofrem com esse desprezo no Brasil, questão comprovada inclusive por meio das políticas públicas de imigração (WERMUTH, 2020). Appiah (2016) diz que a identidade assume um papel importante ao mediar a reação das pessoas com as outras, e essas reações podem ser tanto de desprezo quanto de respeito. Os Gonzalez têm experiências múltiplas nesse sentido. Em alguns momentos, sentiram-se desprezados, em outros, foram respeitados e acolhidos pelos brasileiros.

É provável que, devido a esses momentos em que são reduzidos a uma ideia negativa sobre parte de sua identidade, os Gonzalez buscam mudar seu *status* de refugiados, algo oposto ao que acontece quando se identificam como cristãos, recebendo respeito e acolhimento. Ainda que existam leis que assegurem os direitos dos refugiados e o *status* de cidadãos, eles encontram desafios, já que tal proteção não impede que parte da população tenha uma visão amedrontada sobre



eles. Segundo Fernando Nogueira Dias (2006), o medo social faz o desconhecido virar um possível inimigo e é fruto das relações de poder em desequilíbrio, com atores que se beneficiam e com os que se sujeitam, que se deixam dominar. Essa emoção existe pela perpetuação de uma ordem, tendo diversas expressões, formais ou não, eficazes em um meio social. O medo de que os refugiados roubem algo, como oportunidades, dos brasileiros é evidenciado nos relatos dos entrevistados, como quando Olívia e sua mãe ouvem de um brasileiro que devem retornar ao seu país de origem. Sayad (1998, p. 21) coloca que a imigração é uma “provação para a ordem nacional”, ou seja, os brasileiros, em sua instância individual, coletiva e até governamental, se veem na urgência de lidar com algo que mexe com seu *status quo* e os coloca numa posição de proteger seus interesses, que, para Sayad, são mais simbólicos do que materiais.

Apesar de sofrer com preconceitos, a família encontrou brasileiros em seu caminho que a ajudaram e a acolheram, como relata Rafael sobre a ajuda que recebeu de uma moradora de Boa Vista:

*Fomos embora, chegamos lá em sua casa, ela estava um pouco apressada, porque ela tinha que ir para uma festa, então ela pegou de novo R\$ 50,00 e depois ela foi embora. Nós fomos embora também e passamos perto dessa casa, que já haviam falado pra nós, pra pegar depois [as latinhas para vender e conseguir um dinheiro]. Eles deixaram que nós pegássemos todas as latinhas do solo. Depois eu olhei e ela estava nessa festa. Aí ela falou: “Eles são venezuelanos, eles são meus amigos”. E todo mundo começou a falar: “Ah, são venezuelanos e têm filho”. Aí todo mundo começou a carregar ele, assim ó [gesticula como se carregasse uma criança no colo]. Pegamos muitas latinhas também nessa*

*festa e depois eles nos deram uma carona para onde nós morávamos. Depois ela falou: “Onde você mora?”. Ela se deu conta de que morávamos na rua. Aí ela falou: “Vou procurar um aluguel pra vocês, vou arrumar uma cama, qualquer coisa pra que vocês morem melhor. Vou procurar um trabalho também pra você. Pra que vocês consigam depois escalar e melhor morar”.*

Logo após esse evento, parte da família teve a oportunidade de se mudar para Barbacena. Primeiro foram Olívia e sua mãe, depois, o seu irmão Rafael com sua esposa e filha. Miguel e sua família foram os últimos a se mudarem para a cidade. Buscando compreender como ele enxerga sua estadia no Brasil e se há desejo de retornar à Venezuela, Rafael afirma:

*Olha, essa é uma pergunta muito difícil. Eu nasci lá, mas apesar de pouco tempo que eu estou aqui, eu gosto muito de como é a cultura, como são as pessoas, como é a vida daqui. Meu irmão fala pra mim: “Você quer voltar pra Venezuela algum dia?”. E eu faço também a mesma pergunta para ele, eu faço a pergunta para a minha mãe, mas todo mundo fica assim, como, não sei, porque é um pouco difícil. Porque Brasil é muito bom, mas lá na Venezuela o que faria com que voltássemos seria a família [que deixaram lá].*

Sayad (1998, p. 20) demonstra que essa dualidade de Rafael faz parte de uma dupla ficção: “a ficção de uma volta que se sabe impossível e a ficção de uma naturalização ambígua”. Aqui, evidencia-se, também, a transformação do lugar provisório em duradouro, a ponto de trazer dúvidas sobre as possibilidades de futuro. Haesbaert (2003) explica, versando sobre migração, que o sentimento de casa e de ajudar seus

semelhantes que os deslocados têm não representa um processo de desterritorialização, porque as redes de relações facilitam a construção de novos territórios. Rafael está em um momento de inserção e reconstrução em que vê o Brasil, e mais especificamente Barbacena, como casa duradoura e, até certo ponto, melhor do que a Venezuela. Essa acolhida é estendida a outros venezuelanos refugiados que também chegam à cidade por intermédio dos Gonzalez, formando a rede da qual trata Haesbaert.

Abdelmalek Sayad (1998), em seu livro *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, afirma que a imigração vive uma dupla contradição entre um estado provisório prolongado e um estado duradouro com sensação de provisório. Dessa forma, o imigrante, que sofre dessa duplicidade, é somente percebido no seu caráter provisório, porém procura permanecer nos países de escolha de forma duradoura. No que tange à família Gonzalez, esse caráter provisório se evidencia na transição para o Brasil, que foi difícil e que por muitas vezes trouxe dúvidas sobre a decisão de vir para solo brasileiro devido aos desafios encontrados, juntamente com a incerteza da mudança, por não saberem se conseguiriam se instalar e reconstruir suas vidas. Ao alcançarem seus objetivos em Barbacena, a permanência é vista com outros olhos; no entanto, quando refletem sobre seu país de origem, sentem dúvidas sobre seu futuro. A família vive uma dualidade entre querer se tornar venezuelano-brasileira e continuar a reconstrução de suas vidas e identidades no Brasil ou retornar ao seu país de origem no futuro. Esse conflito talvez se dê pela rápida saída da Venezuela, em um contexto no qual se sentiram obrigados a tomar tal decisão; num momento melhor,

compreendem que retornar pode ser uma opção. Nesse sentido, tanto o Brasil quanto a Venezuela significam “casa” para a família Gonzalez.

### **Rótulos identitários e as relações entre imigração, trabalho e habitação**

A crise política, econômica e humanitária na Venezuela fez com que milhares de venezuelanos saíssem de seu país e se deslocassem para países próximos, como o Brasil. Esse processo de migração é explicado por Haesbaert:

As migrações contemporâneas se manifestam na forma de diáspora quando: primeiro têm origem em fenômenos drásticos de expulsão ou **crises muito agudas**. Sejam elas de ordem **política**, cultural ou mesmo, mas nunca exclusivamente, **econômica**: segundo promovem laços muito intensos de relacionamento entre os migrantes, tanto com a área de origem como entre as áreas de migração em diferentes pontos do globo: o que mantém esta coesão é, principalmente, **uma forte identidade étnica ou nacional**; e, terceiro, manifestam uma **densa rede de relações econômicas e culturais** que repercute numa rica vida associativa interna à rede da diáspora, cuja duração se estende por várias gerações (HAESBAERT, 2003, p. 19, grifos nossos).

No caso da família Gonzalez, a diáspora foi motivada pela crise venezuelana, que acarretou desemprego e pouca perspectiva de futuro. Pelo fato de ter passado pelos desafios e dificuldades de migrar, a família teve a postura de ajudar outros venezuelanos que estavam em Boa Vista a saírem de lá e encontrarem oportunidades em outros lugares, como Barbacena, abrindo sua casa para receber outras famílias.

Essa ação pode ser oriunda do sentimento de empatia e solidariedade com seus pares, detentores da mesma identidade – “venezuelanos”, “refugiados”, “cristãos” etc. Haesbaert continua sua conceituação afirmando que essas pessoas migram para lugares em que já existe uma rede de acolhimento identitária, e que por isso sofrem um processo diferente, aparentemente menos hostil em comparação com os que chegaram primeiro. O acolhimento que a família Gonzalez oferece para outras famílias venezuelanas facilita essa “reinvenção do lar”, como podemos observar no relato de Rafael:

*Eles [Aliança de Misericórdia] ajudaram muito minha mãe, conseguiram arrumar uma casa pra ela, que ela só paga água e luz, mas aluguel, não. Como uma ajuda, entende? Depois procuraram um trabalho para a minha mãe lá na Rivelli<sup>7</sup>, aí minha mãe começou a escalar, as coisas começaram a ficar cada dia melhor. Minha mãe sempre falava para a minha esposa [que estava em Boa Vista/RR]: “Olha, eu estou trabalhando agora, estou falando com uma igreja também para ver se eles ajudam, para que você venha embora para cá”.*

Os Gonzalez, além de refugiados, são imigrantes, e como tal, o rótulo de “trabalhadores” é mais presente no discurso devido ao simbolismo de independência e autonomia que promove. Enquanto moradores e cidadãos da Venezuela, eles tinham o rótulo de “trabalhadores”. No deslocamento para o Brasil, tornaram-se imigrantes e refugiados, ao passo em que procuravam se tornar, novamente, trabalhadores. A justificativa de virem ao Brasil em busca de trabalho confirma

---

7 Empresa aviária de Barbacena/MG.

esse rótulo, que pode demonstrar para a sociedade brasileira seus objetivos e desejos no país, diferenciando-os dos “maus venezuelanos”, dos que “vêm para roubar”, como eles mesmos relatam. Assim, identificando-se como imigrantes e trabalhadores, veem sua presença fundamentada e localizam a possibilidade de se tornarem cidadãos brasileiros, pessoas com direitos e deveres garantidos pelo Estado brasileiro.

Sayad (1998, p. 54-55) conceitua que um imigrante é, *a priori*, uma força de trabalho temporária. Para o autor, ser trabalhador e imigrante é um pleonasma, pois migra-se com a intenção e motivação de trabalhar, e a estadia no país está diretamente ligada a isso; não somente como atividade, mas também como razão de existência. Esses trabalhos são considerados “trabalhos para os imigrantes”, que, por serem temporários, podem ser revogados a qualquer momento, de forma que, desaparecendo “o trabalho para imigrantes”, desaparecem os imigrantes. O que Sayad conclui é que o imigrante, enquanto desempregado, vê-se diante de um paradoxo, já que sua presença está ligada ao trabalho. Quando ele termina, o que o imigrante se torna? Os Gonzalez vieram em busca do trabalho, mas demoraram meses para conseguir um emprego, de forma que o que sobrava para eles era o rótulo de refugiados e tudo o que vinha inculido nesse símbolo.

Essa dualidade entre imigrante e trabalhador pode explicar por que os entrevistados preferem usar o termo “imigrante” a “refugiado”. Este último conceito carrega em si o pressuposto de que um refugiado necessita da ajuda de terceiros, no caso, do país para onde ele migra, enquanto o imigrante

está intimamente ligado ao trabalho. No entanto, conceitualmente, o motivo da saída da família está relacionado à questão política e econômica de seu país, caracterizando-os como refugiados. O trabalho é a justificativa para a imigração, como pontua Sayad, trabalho esse que é adotado pela família, porém, para a sociedade que os recebe, eles são percebidos e rotulados como refugiados. Por causa dessa duplicidade de identidade e com efeito didático, caracterizamos a família Gonzalez como “imigrantes-refugiados”.

Analisando a história contada pelos entrevistados e visando expandir o conceito de refugiado, percebemos que a classificação de refugiados e a justificativa da sua migração os categoriza mais especificamente – ainda que a convenção de 1951 da ONU não verse sobre essa expansão do conceito – como “refugiados econômicos”, que Paulo Borba Casella (2001) define como pessoas que não encontram, no seu país de origem, o suprimento de suas necessidades. O *Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado* (2011) revela que as medidas econômicas do país podem comprometer a vida dos cidadãos, sendo forçados a migrar para satisfazer suas necessidades em outro lugar, visto que em seu país isso não é possível (CUNHA, 2008). Adicionalmente, esse fator está comumente ligado a motivos políticos, que agem de forma indireta. Isso é perceptível nas entrevistas quando os Gonzalez revelam sua oposição às decisões políticas do presidente Nicolás Maduro.

Ao conversar sobre o motivo de saírem da Venezuela, Rafael explica:

*A gente não sai da Venezuela para entrar em Boa Vista para algo pior, você sai para **mudar de vida, conseguir um trabalho**, para suprir, me entende, tem muitas pessoas que não aguentaram a situação em Boa Vista, de passar fome e morar na rua, só ter o almoço, passar fome, dormir na rua, passar tanto problema, muita gente chorando... Nesse tempo em que estava Maduro fechou a fronteira, porque eles estavam passando comida pra ajudar e Maduro fechou a fronteira aí o governo não deixava nem entrar nem sair. Muita gente ficou mal, chorando, que saiu da Venezuela, que Boa Vista era outra coisa, que **não tinha trabalho**, que não era assim, que Venezuela era melhor (grifos nossos).*

Ele ainda fala sobre sua situação em Boa Vista:

*Estou precisando de um trabalho. **O que vai fazer um imigrante de outro país pra cá, ficar parado?** Fica um pouco ruim, entende? Porque aí tem que pagar água, tenho que pagar luz, então eu queria ajudar a minha mãe também, quero pagar tudo para o meu filho, não quero que falte nada. Então para conseguir tudo isso tem que conseguir primeiro um trabalho.*

*Eu tinha muito tempo morando na rua, eu queria trabalhar, eu queria ir embora dali [Boa Vista]. Lá é muito difícil procurar um trabalho, porque tem muito venezuelano, lá emprego é muito fraco (grifo nosso).*

Mesmo que Rafael se enxergue como imigrante por auto-proclamação, não percebe ou não admite que sua condição é de refugiado. A respeito da transição de imigrantes para outra condição social – que, no caso de Rafael, era de desempregado e refugiado –, Sayad (1998) elucida que o acesso a novos espaços tira o peso da definição primária que recebem, chegando ao ponto de questionarem o que neles ainda existe de imigrante. Depois de tanto tempo nas ruas e nesse “não



lugar”, não eram imigrantes, pois não tinham o trabalho que justificava sua presença, nem se reconheciam como refugiados, apesar de serem caracterizados como tal. Precisavam de um novo lugar que trouxesse outra definição para eles. A partir de Sayad (1998), é possível afirmar que o desejo de ser mais que imigrante e, nesse caso, também refugiado, vem da família e de parte da sociedade boa-vistense. Não existe a pretensão exclusiva de serem trabalhadores para assegurar a sobrevivência, mas também a simbologia por trás da aceitação e o possível afastamento de outros rótulos indesejados. Isso pode estar no inconsciente de Rafael quando ele aborda a necessidade de conseguir um trabalho. No entanto, essa ideia de que o trabalho justifica a presença dos imigrantes na sociedade de imigração – no caso dos Gonzalez, o Brasil – é algo que Sayad (1998) chama de ilusória, pois o trabalho não é o final da condição de imigrante; os problemas associados a ele continuam com ou sem trabalho.

Podemos afirmar que o trabalho complementa a nossa identidade como indivíduos em uma sociedade capitalista. Quando somos perguntados “Você é o quê?”, trata-se de um questionamento voltado à ocupação, o que fazemos, que é vinculado à ideia de quem nós somos justamente porque a profissão é um dos rótulos da nossa identidade, que simboliza algo para a sociedade. Se um indivíduo se apresenta como médico, tal profissão simboliza algo para quem ouve: imagina-se alguém estudioso, confiável, que ganha bem, de uma classe social média ou alta, que é majoritariamente branca. Por outro lado, se um indivíduo se apresenta como faxineiro, imagina-se alguém que não estudou o suficiente, que vem de uma classe social baixa, majoritariamente negra. Rafael e Olívia eram

estudantes na Venezuela; Rafael estava se preparando para fazer faculdade de administração e Olívia estava no ensino médio. Sendo uma família de classe média, eram aceitos na sociedade venezuelana. Quando vieram ao Brasil e experimentaram a realidade de imigrantes-refugiados, vivendo nas ruas de Boa Vista, encontraram o trabalho de catadores de latinhas como meio para sua sobrevivência. Sayad (1998, p. 115-116, grifos nossos) complementa esse raciocínio:

**Trabalhar tende a se identificar e a ser completamente identificado com viver** porque, na situação de restrição social na qual o “melancólico” se refugia, **o trabalho obriga a viver e não só permite viver**. Desse ponto de vista, ele tem uma função literalmente vital, **uma função salvadora**, quando não terapêutica [...].

O trabalho informal de catador de latinhas desempenhou para Rafael uma função lida por ele como salvadora. Diante disso, ele conta sobre uma experiência positiva com uma moradora de Boa Vista:

*Eu saí um dia a procurar uma ajuda, toquei uma porta e não saiu ninguém. Depois eu olhei um lixo, um dia, estava procurando uma latinha, nunca olhei [não tinha visto] que havia câmera, não vi isso, eu estava procurando e do nada abriu um portão elétrico, automático, me deu muita vergonha [risos] e eu saí caminhando. Veio uma moça. Aí depois, ela falou pra mim: “Oi. O que você estava fazendo aqui?”. Eu falei para ela: “Não... Eu só estava procurando aí no lixo... Pra olhar alguma latinha, qualquer coisa que tivesse aí”. Então ela falou: “Você está precisando de uma latinha? Olha, chega aqui ó” E perguntou: “Ela quem é?”. Eu disse: “Ela é minha esposa”. Ela falou: “Ah! E tem filho também”. Então ela: “Passem pra cá dentro”.*

A pergunta da moça para Rafael continha um significado indireto – “quem são vocês?” –, e a resposta de Rafael demonstra que a sua ocupação simbolizava, socialmente, “quem ele era” naquele momento. A abertura da brasileira para o diálogo fez com que os dois estabelecessem uma espécie de transição: para além das aparências – refugiado, venezuelano etc. –, ela pôde vislumbrar uma família que estava passando por um momento de necessidade.

A concepção social de “pessoas em situação de rua” também é atribuída à família Gonzalez, independentemente de sua escolha. As experiências vividas pelos irmãos reforçam o desejo de buscar um trabalho que traga significado diferente do que os caracterizou durante o período em que viveram nas ruas e que os aproximava dos problemas associados aos refugiados.

Sayad embasa essa hipótese ao afirmar que

[e]stá no estatuto do imigrante (estatuto ao mesmo tempo social, jurídico, político e, também, científico) e, por conseguinte, na própria natureza da imigração, só poderem ser nomeados, só poderem ser captados e tratados através dos diferentes problemas a que se encontram associados – problemas que se devem entender aqui no sentido de dificuldades, distúrbios, danos etc., mais do que no sentido de problemática constituída de forma crítica em relação a um objeto que cria necessariamente um problema e que, característica esta que lhe é própria, existe apenas, no limite, graças aos problemas que coloca para a sociedade (SAYAD, 1998, p. 15).

Segundo reportagem do Portal Roraima 1, que apresenta dados de 2022 da Organização Internacional para as Migrações (OIM), a maioria venezuelana entre pessoas em situação de rua em Boa Vista é um problema associado aos refugiados e criado com a falta de espaço nas tendas do abrigo, assim como a grande movimentação de refugiados venezuelanos que adentram as fronteiras brasileiras. São indivíduos que estão sempre em deslocamento territorial, tanto entre os países de origem e de imigração quanto dentro do país de escolha – no caso dos Gonzalez, o Brasil. Sayad (1998) aponta que esse deslocamento também é social, político e cultural. Afinal, os Gonzalez estão se adaptando a uma nova realidade em que até o idioma é diferente.

Na busca por um emprego e no vislumbre da possibilidade de sair das ruas, Rafael consegue uma entrevista, é escolhido e recebe uma proposta de emprego, fato que ele relata a seguir:

*Então eu estava fazendo essa entrevista, fiz a primeira entrevista, a segunda seria no dia seguinte. Então eu falei pra minha mãe que se desse certo, e eu conseguisse o trabalho, eu não ficaria mais esperando [ajuda dela para ir a Barbacena], mas esse trabalho era só para homem, minha esposa não poderia ir comigo. A mulher da entrevista perguntou se eu sabia que eu teria que trabalhar lá [em Mato Grosso do Sul] e depois que eu trabalhasse três meses que eu poderia levar minha esposa. Eu falei que estava precisando muito de trabalho então eu falei que sim: “Estou consciente de tudo”. E deu certo graças a Deus. Então eu viajei 4 da madrugada, falei para minha esposa que ia trabalhar lá e depois ia pedir para levá-la também. Ai eu viajei e minha esposa me falou depois, outro dia: “Tua mãe ligou para mim, ela falou que comprou passagem”. Ela comprou passagem, mas eu já estava viajando antes,*

*ficou um pouco difícil, porque eu já estava viajando, mas eu falei para a minha esposa ir. Era melhor do que ela ficar lá [em Boa Vista] sozinha com meu filho. Então ela viajou com meu irmão, minha cunhada, eles três mais meu filho e o filho do meu irmão também.*

Esse acontecimento, em que Rafael é separado de sua família devido à oportunidade de ser um trabalhador, coloca-o em situações nas quais ele questiona outros aspectos de sua identidade: os de marido, pai, filho e irmão.

Quanto ao restante da família, ao chegar a Barbacena, parte dos parentes foi acolhida em um abrigo da Aliança de Misericórdia, que, por meio de seus contatos, conseguiu um emprego para Izabel e para Olívia. A partir desses trabalhos, foi possível trazer o restante de seus familiares. Graças ao fato de terem migrado em família, logo adquirem uma moradia, cujo aluguel e outras despesas são arcados pela Aliança de Misericórdia. Assim que os outros familiares conseguem emprego, a família Gonzalez decide alugar outro espaço em que possam viver em grupos menores e receber outros refugiados venezuelanos. A partir desse momento, eles deixam de receber ajuda da Aliança de Misericórdia, pois encontram uma outra comunidade de fé – de denominação evangélica, com a qual se identificam desde a Venezuela – para congregarem e que os auxilia.

O fato de poderem se manter financeiramente, ainda que dependendo de alguma ajuda da igreja, demonstra que o *status* de “refugiados”, da forma que enxergavam, simbolicamente não lhes pertencia mais. Essa situação se revela na independência que adquirem ao trocar de habitação, a qual

podem (re)territorializar de acordo com suas identidades culturais e experimentar a liberdade de escolha, e ao mudar de congregação religiosa, aproximando-se da realidade que viviam na Venezuela. Eles encontram na igreja evangélica um pertencimento e um reforço na identidade de “evangélicos”. Agora, como “trabalhadores”, poderiam reconstruir suas identidades.

Trataremos de destacar a jornada de Rafael, que traça um rumo diferente para Barbacena, fazendo uma parada em Dourados/MS, onde ele aceita a proposta de emprego. Para isso, retornamos ao conceito de Sayad (1998, p. 109) sobre a legitimação e definição que o trabalho dá ao imigrante, uma vez que “lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença”. Entretanto, ainda segundo o autor, as relações de trabalho podem trazer à pessoa imigrante sentimentos como os de infelicidade e estresse, além de promover uma sensação de ausência, visto que reforçam seu vínculo a outro lugar, próprio da condição de emigrante. Essa situação gera certa culpa em Rafael. Antes, sentia-se culpado por não ter um trabalho e não dispor de recursos financeiros para prover sua família (esposa e filho). Nesse segundo momento, a culpa é de ter que deixá-los para trabalhar em um outro estado.

Sob essa perspectiva, Sayad (1998) também discorre sobre a vantagem que as empresas encontram na contratação de mão de obra imigrante, que o autor vai chamar de “mão de obra de substituição”. No caso que tratamos, além de imigrante, a mão de obra também é refugiada e, portanto, mais suscetível e vulnerável a essas propostas de emprego, vistas como oportunidades inegáveis, como aconteceu com

Rafael. Essas vantagens, conforme são concebidas pelas indústrias, partem do baixo custo financeiro necessário para manter um empregado refugiado, pois a disposição e pressa dos venezuelanos em trabalhar os torna menos exigentes em questões salariais. Além disso, por serem estrangeiros, possuem menos informações sobre direitos trabalhistas no Brasil, o que acentua sua vulnerabilidade.

Assim, Rafael se mudou para Dourados e começou a trabalhar na JBS.<sup>8</sup> Durante o tempo em que ficou lá, Rafael dividiu um apartamento com outros refugiados venezuelanos. Dessa experiência, ele relata:

*Quando todos nós venezuelanos chegamos lá, chegamos com uma ajuda. Porque lá em Roraima tem muitas pessoas que estão sem trabalho, aí essa empresa ajudou os venezuelanos e os levou lá para que trabalhem e assim fiquem um pouco melhor. Agora estão 470 venezuelanos lá. Então, uma coisa que eu posso falar com certeza, que venezuelano gosta de trabalhar. Eu fui o terceiro lote que foi pra lá. No primeiro lote foram 90 venezuelanos e falaram que se 90 venezuelanos dessem certo, “depois vamos trazer mais”. Então chegaram 90 venezuelanos primeiro, aí deram certo, todos. Os venezuelanos gostaram de trabalhar nessa empresa, a empresa gostou de como trabalham os venezuelanos, depois levaram outro lote mais e o terceiro lote que eu estava. Eu gostei de trabalhar lá, é muito bom trabalhar lá, é serviço muito [...] não faz coisa, por exemplo, agitada. Não se trabalha forte, se trabalha normal.*

No relato de Rafael, podemos perceber que a oportunidade é vista com um olhar positivo, pois a situação desesperadora o impedia de perceber nuances e possíveis problemas futuros.

---

<sup>8</sup> Multinacional de origem brasileira, reconhecida como uma das líderes globais da indústria de alimentos.

Isso o levava a crer que tal ação da JBS tinha o intuito de ajudá-lo, porque a empresa reconhecia que “venezuelanos gostam de trabalhar”. No entanto, analisando a conjuntura, percebe-se a sua complexidade. Rafael continua dizendo:

*Aí consegui trabalhar os primeiros três meses como treinamento, aí depois ela [Silvana, responsável da empresa] falou pra mim: “Você conseguiu dar certo, você trabalha bem”. Só que eu falei para ela que eu queria ir embora da empresa, não porque ela era ruim, a empresa era muito boa. Eu fiquei um pouco triste por ela, porque ela pegou um emprego pra mim quando eu mais precisava de um emprego, mas a minha família morava um pouco longe. Então era muito difícil trazer a minha família toda pra cá [Dourados/MS], porque eu não morava só, eu morava com sete caras lá. Quando eu fiz entrevista lá, tinham levado 170 venezuelanos pra lá.*

Apesar de se adaptar ao emprego, Rafael estava sentindo a ausência de sua família e até pensou na possibilidade de levar o filho e a esposa para viverem com ele. Lá, ele era um trabalhador, mas não estava exercendo de perto seu papel de pai e marido, o que trazia infelicidade. Ele completa:

*Eu estava trabalhando no turno de noite, de 21h às 5h. Depois que eu terminei o contrato de treinamento, eu falei para uma pessoa chamada Silvana, ela é encarregada de lá, e eu falei assim pra Silvana: “É Silvana, eu tô muito agradecido por vocês pegarem um emprego pra mim, mas aqui eu estou morando com sete caras, então não consigo morar sozinho”. Porque lá um aluguel fica em R\$ 900,00, é muito me entende? Com meu salário sozinho não dá pra alugar só pra depois trazer a minha família. Mas aqui [em Barbacena] minha mãe já tem uma casa que não paga aluguel, aí era melhor, porque lá eu iria pagar aluguel, aqui, não. Minha mãe falou que era melhor eu vir embora de lá pra cá. Aí eu falei depois para a Silvana e ela falou*



*depois "Ah tá bom. Se assim você decidiu, se assim você acredita que é melhor, então beleza".*

Rafael ficou poucos meses em Dourados, tempo suficiente para que sua mãe conseguisse enviar o dinheiro da passagem para Barbacena. Por causa do afastamento da família e das dificuldades de se manter em Dourados com a esposa e filhos, Rafael pediu demissão e foi para Barbacena.

Sayad (1998, p. 73-74) elucida essa realidade do imigrante e como a relação entre trabalho e habitação é relevante, pois o nativo tem sua moradia, condição fundamental na busca pelo trabalho, enquanto o imigrante precisa procurar por ambos – trabalho e moradia –, salvo nas situações em que organizações dão essa cobertura. Assim, “mais do que qualquer circunstância, trabalho e habitação estão, no caso dos trabalhadores imigrantes, numa estreita relação de mútua dependência”.

Essa relação mútua entre trabalho e habitação é experimentada por Rafael, que, das ruas, vai para Dourados e para um trabalho com o “bônus” da habitação oferecida pelo empregador. A Aliança de Misericórdia, responsável pela habitação e emprego do restante da família, e, no caso de Rafael, a Silvana, representante da JBS, asseguram uma habitação para que os Gonzalez possam trabalhar. Com isso, observamos que os imigrantes não escolhem o local em que vivem e têm boa parte de suas despesas custeadas pelos benfeitores, o que reforça o vínculo de dependência entre eles.

Quando se tornam trabalhadores e começam a melhorar sua condição de vida, a relação de dependência com os benfeitores termina ou se modifica. Referente a isso, Sayad (1998, p. 77) relata a forma de habitação dos argelinos na França, um modelo parecido com o experimentado por Rafael na cidade em que, afastado de sua família e dividindo um apartamento com outros sete refugiados venezuelanos, sentia-se forçado a permanecer naquele local porque seu salário não era suficiente para a sobrevivência fora dali: “Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador pobre, só deve ser alojado pobremente”. São notáveis as relações de poder sendo exercidas nesse contexto, como se a empresa estipulasse um único território em que pudessem viver, à vista de um controle prático, mas também simbólico de pessoas. Por serem refugiados e, portanto, desterritorializados, os funcionários ficam à mercê de pessoas e empresas que muitas vezes aproveitam de sua condição para exercer mais poder sobre eles, o que muitas vezes não é percebido de imediato. Nessa perspectiva, Pierre Bourdieu, em sua obra *O poder simbólico*, afirma que

[...] o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma “*illocutionary force*” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

Os refugiados venezuelanos, quando entram no Brasil, estão sujeitos ao poder exercido sobre eles. Essa sujeição se dá em espaços delimitados para eles, como o campo de refugiados em Boa Vista, em que o Exército Brasileiro é a representação

desse poder que os domina e é a autoridade naquele território. Mas o poder do Exército não se limita ao campo em que os refugiados vivem, como eles mesmos relatam. Quando estão em situação de rua, o Exército controla até que horas podem dormir nas ruas, quando têm de se levantar e ir para outro lugar, quando podem retornar etc. Nesses casos, o Exército é uma ferramenta de controle estatal que não somente cuida dos limites territoriais que os refugiados venezuelanos podem ocupar, mas também é a representação da força e da expressão violenta que os dominadores podem exercer sobre os dominados.

Especificamente no caso de Rafael, enquanto empregado da JBS, ele sofre a ação direta desse poder simbólico, que também aparece de forma prática na delimitação do lugar em que ele deve morar, situação que é complementada pelo baixo salário que o mantém sob a influência de um grupo dominante. Na definição de Bourdieu (1989), o poder simbólico não é percebido pelos que são dominados por ele; trata-se de um poder invisível. Isso se evidencia no caso de Rafael, que vê sua experiência como proveniente da bondade das pessoas, não enxergando outros aspectos que envolvem essas ações.

Rafael começou a perceber mais a fundo o contexto em que se encontrava ao entender que, se ele quisesse levar sua família para onde estava, teria de sair do apartamento e bancar sozinho um espaço para eles, o que era inviável. A separação de sua família foi tão difícil para ele que o rapaz decidiu sair do emprego e ir encontrá-los, decisão que foi malvista pelos empregadores. Fora da entrevista,

Rafael revela que quase foi impedido de sair. Essa situação reforça o vínculo de dependência e de poder exercido sobre essas pessoas.

Observando as condições de habitação mais particularmente, percebemos que, conforme a situação da família Gonzalez muda, a realidade de suas habitações também é substituída. Enquanto dependentes da ajuda de terceiros, viveram em diferentes moradias em Boa Vista – tendas para refugiados com família e ruas da cidade. Sobre esse momento, Olívia relembra com tristeza:

*E então, no segundo dia vivendo na rua, os militares te acordam 5h da manhã todo dia para sair por causa da quantidade de gente e então é difícil quando um menino passa tudo isso, um adulto passa isso e se sente mal, imagina uma criança! Então, com um menino de 6 meses e uma grávida, tinha que caminhar todo dia com fome, sem banhar, porque em Boa Vista é muito quente! Em Venezuela era sol, mas temperatura de 32°C, 38°C graus, muito quente! Havia pessoas que preferiam voltar, estar nas minas, trabalhar nas minas e a vida lá é horrível e havia pessoas que preferiam passar fome e passar dificuldade em seu país do que em outro, que não têm família, nem trabalho, nem nada. Pelo menos em Venezuela tinha família, tinha casa, porque a maioria tinha casa, pra passar dificuldade em outro país! Mas nem todo mundo pensa igual. É difícil, não é fácil, por exemplo, tínhamos em mente claro que íamos passar trabalho [dificuldades], tínhamos família, bebê e em Boa Vista havia muita gente, era bastante difícil.*

Em seu país, muitos venezuelanos tinham apoio familiar, eram trabalhadores e possuíam moradia. Quando abandonaram a Venezuela, passaram por uma jornada árdua como imigrantes e refugiados, sendo afetados diretamente em suas

identidades, tornando-se algo que não queriam ser (pessoas em situação de rua, por exemplo) e sofrendo as consequências. Muitos perdem seus parentes durante o processo migratório ou têm de deixar seus filhos, pais, esposas e maridos para trás na Venezuela, juntamente com suas casas, seus trabalhos e suas identidades, que vêm construindo desde crianças. Enquanto estão no limbo (no “não lugar”) entre o lugar em que viviam na Venezuela e seu lar definitivo no Brasil, buscam sua reconstrução não somente territorial, mas também identitária por intermédio do seu trabalho. Os Gonzalez são um exemplo de refugiados que conseguiram conquistar essa reconstrução, porém muitos outros ainda permanecem em Boa Vista à espera da ajuda do governo ou de outras pessoas/instituições, contando que um dia poderão mudar sua realidade.